

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.718 - DF (2019/0357961-8)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
SUSCITANTE : VIA ENGENHARIA S. A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : RENATA DE SOUZA MAEDA - DF021517
JORDANO AUGUSTO SOUZA FERNANDES - MG165612
MILENE ARÃO EVANGELISTA DE ALMEIDA E OUTRO(S) - DF034193
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE FALÊNCIAS
RECUPERAÇÕES JUDICIAIS INSOLVÊNCIA CIVIL E LITÍGIOS
EMPRESARIAIS DO DISTRITO FEDERAL
SUSCITADO : JUÍZO DA 2A VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF
INTERES. : JOSE HILTON NUNES DE JESUS
ADVOGADOS : KELVEN FONSECA GONÇALVES DIAS - DF038044
RUANNA DE SOUZA MODESTO - DF045374

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de conflito de competência, com pedido liminar, suscitado por VIA ENGENHARIA S. A., em recuperação judicial, em face do JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE FALÊNCIAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS, INSOLVÊNCIA CIVIL E LITÍGIOS EMPRESARIAIS DO DISTRITO FEDERAL, no qual tramitam os autos da recuperação judicial, e do JUÍZO DA 2A VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF, no qual tramita a execução trabalhista nº 0001004-09.2016.5.10.0002 movida por JOSE HILTON NUNES DE JESUS.

Afirma a suscitante que, embora estivesse em trâmite perante o Juízo da Vara de Falências e Recuperações Judiciais sua recuperação judicial, o juízo trabalhista determinou o prosseguimento da execução.

Ressalta, ainda, que as questões tendentes a afetar o seu patrimônio devem ser analisadas pelo Juízo Universal da recuperação.

Requer, assim, a concessão de medida liminar para determinar o sobrestamento da execução indicada, bem como para designar, em caráter provisório, o Juízo de Direito da Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do DF, em que é processada a recuperação judicial, para decidir acerca das medidas urgentes.

Pleiteia, ao final, que seja declarada a competência do juízo da recuperação judicial para decidir acerca de eventuais atos executórios contra as recuperandas.

É o relatório.

Passo a decidir o pedido liminar.

Deferida a recuperação judicial (0718798-87.2019.8.07.0015), compete ao Juízo em que se processa a recuperação judicial decidir acerca da execução dos créditos contra a recuperanda, ou seja, sobre os atos de disposição de seus ativos para o pagamento dos seus credores.

Assim, havendo o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Brasília - DF prosseguido com a execução movida por JOSE HILTON NUNES DE JESUS, com o bloqueio de valores, faz-se necessária a suspensão da referida demanda.

Ante o exposto, defiro o pedido liminar para determinar a suspensão de quaisquer atos constritivos eventualmente realizados exclusivamente contra VIA ENGENHARIA S. A., em recuperação judicial, bem como que o JUÍZO DA 2A VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF se abstenha de praticar novos atos constritivos na execução nº 0001004-09.2016.5.10.0002 em relação à empresa suscitante, vedando, ainda, a movimentação e liberação de eventuais valores já constritos até que seja julgado por esta Corte o presente conflito de competência.

Designo, outrossim, o JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE FALÊNCIAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS, INSOLVÊNCIA CIVIL E LITÍGIOS EMPRESARIAIS DO DISTRITO FEDERAL para, em caráter provisório, solucionar eventuais medidas urgentes que se fizerem necessárias, em especial aquelas relativas à prática de atos executórios contra a empresa ora suscitante.

Comuniquem-se, com urgência, as autoridades judiciárias em conflito, oficiando para que prestem informações no prazo de 10 (dez) dias (CPC/2015, art. 954).

Intime-se o Administrador Judicial, Dr. ABDON CARLOS RIBEIRO JORDÃO, OAB/DF 14.811, com endereço na Avenida Pau-Brasil, lote 06, sala 605, Edifício EBusiness, Águas Claras, Distrito Federal, CEP: 71.916-500, para

Superior Tribunal de Justiça

que, no prazo de 10 (dez) dias, preste esclarecimentos sobre o andamento da recuperação judicial, bem como sobre os créditos de JOSE HILTON NUNES DE JESUS em discussão na execução nº 0001004-09.2016.5.10.0002 em trâmite na 2ª Vara do Trabalho de Brasília - DF.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal (RISTJ, arts. 64, V e XIII, e 198).

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator